



ISSN 2316-7785

DISCUTINDO *ESTRATÉGIAS* E *TÁTICAS* PARA UMA EDUCAÇÃO FINANCEIRA CRÍTICA

Marco Aurélio Kistemann Jr.
UFJF
marco.kistemann@ufjf.edu.br

Neil da Rocha Canedo
Prefeitura Municipal de Juiz de Fora/UFJF
neilcanedo@gmail.com

Reginaldo Ramos de Britto
Prefeitura Municipal de Juiz de Fora/UFJF
reginaldorrbritto@gmail.com

Resumo

Este Minicurso é fruto de pesquisas desenvolvidas no Programa de Mestrado Profissional em Educação Matemática da UFJF, no âmbito do GRIFE/UFJF (Grupo de Investigações Financeiro-Econômicas em Educação Matemática), que tem como tema principal pesquisas em Educação Financeira. Tem como objetivo promover o diálogo entre educadores matemáticos que percebem a importância da educação financeira. Ressaltamos, desde já, que não se trata de oferecer um manual de conduta econômico-financeira, nem tão pouco prescrever o modo como o Professor (a) deve conduzir atividades e tarefas dessa natureza com seus alunos.

Palavras-chave: Educação Financeira; Estratégias; Táticas; Consumo.

Introdução

Vivenciamos nos dias de hoje, uma sociedade marcada por situações problemáticas e paradoxais no que diz respeito às relações sociais de consumo. Por um lado, os noticiários, veiculados em todos os meios de comunicação, não cansam de falar em assuntos como o crescimento da inadimplência e do endividamento das famílias brasileiras. Doutro modo, as



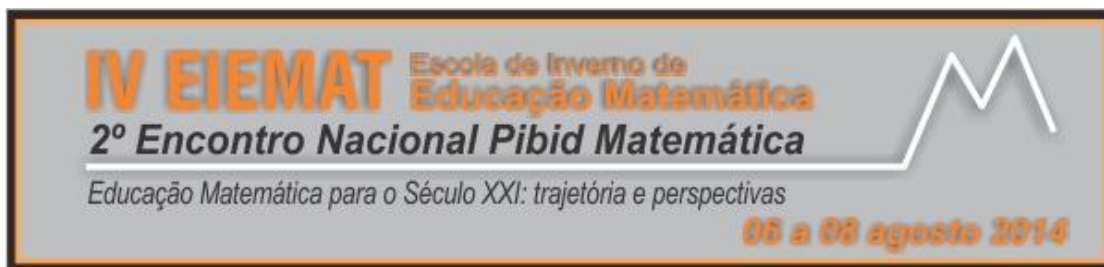
lojas, tanto as convencionais como as virtuais, parecem incentivar compras a prazo, com um número cada vez maior de parcelas.

Para Bauman (2008), vivenciamos uma sociedade líquido-moderna, voltada para o consumismo, marcada por uma liquidez nas relações que ocasionam uma rápida desvalorização dos bens de consumo. O cobiçado e sofisticado aparelho celular de hoje, por exemplo, será sucata, ou lixo, em um amanhã bem próximo. Esse consumismo desmedido é incentivado por uma enorme facilidade de obtenção de crédito que dita, segundo Bauman, uma nova ordem: realize agora e pague depois.

Para Kistemann Jr. (2011) o consumismo é uma necessidade culturalmente forjada sobre a identidade dos cidadãos. Quando esses são considerados dentro da esfera das relações de consumo, ou seja, na condição de indivíduos-consumidores. Nesse sentido,

[...] o consumismo se ligou a uma nova identidade política, na qual o próprio negócio desempenha um papel de forjar identidades que levem a comprar e a vender. Assim a identidade tornou-se um reflexo de estilos de vida intimamente associados a marcas comerciais e aos produtos que elas rotulam, bem como a atitudes e comportamentos ligados a onde compramos, como compramos e o que comemos, vestimos e consumimos. Estes atributos, por sua vez, estão associados à renda, classe e outras forças econômicas que podem parecer permitir escolhas, mas que, na verdade, são determinadas largamente por uma rede de profissionais e suas premissas do mercado econômico, estando além do controle dos indivíduos-consumidores (KISTEMANN JR., 2011, p.19).

Já Britto (2012), constata em sua pesquisa que nos cenários nacional e internacional, ao mesmo tempo em que crescem as ofertas de produtos e serviços bancários, aumenta o número de cidadãos que ficam de fora do sistema financeiro formal, os *desbancarizados*. Isso fomenta a necessidade dos bancos de popularizar seus produtos e serviços, pois, “para competir com os bens de consumo, seus serviços precisam se curvar ao poder dos consumidores e se tornar atrativos, simples e sem quaisquer restrições” (FAIRCLOUGH, 2001, p.151, apud BRITTO, 2012, p. 197).



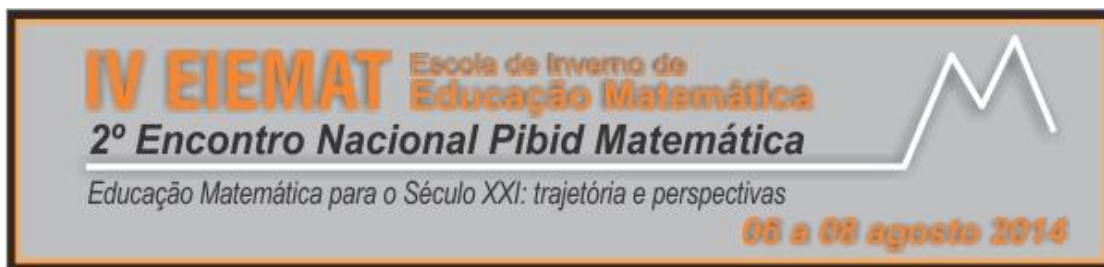
Essas questões de natureza sócio-econômicas apontam para a urgente necessidade de educar financeiramente nossa população. Mediante essa demanda, no Brasil e no mundo, algumas ações voltadas para a Educação Financeira já estão em curso. Britto (2012) destaca que, no caso específico do Brasil, é possível vislumbrar e categorizar o advento simultâneo de três modalidades distintas de Educação Financeira: a proposta oficial, a ação educativa de alguns bancos e a autoajuda financeira.

A proposta oficial brasileira de Educação Financeira, ou Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), consiste em uma iniciativa do governo federal em oferecer a Educação Financeira em todos os níveis da educação básica (fundamental e médio), bem como na Educação de Jovens e Adultos (EJA) (BRASIL, 2011a, 2011b). A ENEF, que iniciou seu plano de ações no ano de 2011, está associada a um projeto da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), do qual o Brasil tomou parte como convidado, por não ser membro efetivo da referida organização.

Na prática, as ações educativas da ENEF se restringiram ao desenvolvimento de um projeto piloto em algumas escolas de ensino médio, espalhadas ao longo de todo o território nacional. Ações que se restringiram ao ano de 2011, tendo sido coordenadas e realizadas pelo Instituto Unibanco. Dessa forma, o Brasil segue uma tendência que marca os projetos de educação financeira ligados à OCDE. No que concerne ao Ensino Fundamental e à EJA, as ações da ENEF ainda encontram-se estagnadas (BRITO, 2012).

Do modo como concebemos, um dos propósitos não revelados nessas iniciativas que estão em "movimento" no Brasil e no mundo, é constituir indivíduos-consumidores para produtos financeiros (KISTEMANN JR., 2011). Não é acaso que em várias iniciativas, no Brasil e no mundo, instituições financeiro-bancárias estejam à frente destes projetos.

Além da proposta oficial (ENEF), há bancos brasileiros que, por iniciativa própria, vem desenvolvendo estratégias de ensinar as pessoas a controlarem seus gastos. Atitude que, se por um lado pode representar iniciativa louvável, pois auxilia (e não discordamos desta posição) os indivíduos-consumidores no controle de suas finanças pessoais, por outro, pode potencializar a capacidade desse indivíduo de "consumir" produtos financeiros.



Convidamos os professores(as) e de modo mais específico a professores (as) de Matemática que, pela natureza da disciplina, estarão particularmente afetados e envolvidos com esta temática, a refletirem e constituírem opinião pessoal sobre o tema. Sugerimos que o professor(a) seja um(a) crítico(a) de atividades que ,por exemplo, apenas instruem nossos alunos a utilizar (consumir o produto) cartão de crédito, e que construa suas próprias atividades e busque também suas referências teóricas.

Ao final deste Minicurso indicaremos, em forma de Apêndice, referências teóricas que tiveram e têm importante contribuição em nossas pesquisas. Já adiantamos aqui que, do modo como compreendemos, o Modelo dos Campos Semânticos (MCS), idealizado pelo educador Romulo Lins, além das perspectivas desenvolvidas pela Educação Matemática Crítica (Ole Skovsmose), podem trazer relevantes contribuições para o desenvolvimento de atividades em Educação Financeira.

Outras leituras como as de Zigmunt Bauman, Erich Fromm e Jean Baudrillard trouxeram importante olhar sobre o *consumo*, tema que é central no propósito de educar financeiramente os indivíduos e contribuíram em muitas das pesquisas realizadas pelo GRIFE/UFJF.

Estratégias e Táticas no contexto financeiro-econômico

Vivemos numa sociedade líquido-moderna de consumidores, o que determina uma verdadeira submissão de indivíduos aos novos arranjos sociais econômicos, moldados pelo consumo, o que por sua vez nos impõe a necessidade de repensar o papel da instituição escolar na formação crítica do cidadão, (também) consumidor.

O título deste Minicurso sugere conceitos utilizados por outra importante referência teórica. Deve-se também a Michel de Certeau, nosso olhar para os documentos e propostas de Estratégias Nacionais em Educação Financeira, concebendo-os como ***estratégias*** ligadas ao poder. Esperamos com este trabalho possibilitar a constituição de alternativas ***táticas***, no fazer cotidiano da Educação Financeira Escolar.

Apresentaremos atividades desenvolvidas em nossas pesquisas que abordarão a Educação



Financeira desde a Educação de Jovens e Adultos (EJA) até o Ensino superior. Como dissemos são indicações, mas esperamos colher neste Minicurso, a contribuição crítica dos (as) professores (as).

Por fim, nosso propósito é também trazer reflexão político-ideológica sobre o tema, com o intuito de servir como suporte para aqueles interessados e para que nós professores (as), não sejamos dentro dos sistemas escolares apenas multiplicadores de propostas fechadas, com perfil pré-definido do que deve ser um cidadão educado financeiramente.

Num mundo ideologicamente dominado pela perspectiva do capital, sobretudo o financeiro, onde o *ter* se sobrepõe ao *ser*, é fundamental que nós professores (as) estejamos atentos e críticos sobre o que e como ensinar a nossos alunos, principalmente se tais iniciativas curriculares tem a gênese em ações de instituições financeiro-bancárias.

Deixamos por fim, a indagação: "O que é relevante no processo de educar financeiramente nossos alunos?". Buscar respostas a esta questão é um dos desafios desse minicurso.

Uma Proposta de Educação Financeira Crítica.

Como mencionado anteriormente, tanto no Brasil como no cenário internacional, as propostas de educação financeira de caráter governamental costumam se associar a instituições financeiras de capital privado. Além dessas propostas oficiais, é crescente o número de instituições bancárias que, em um arremedo de educação financeira, propõem "educar" para o uso do dinheiro e de produtos bancários. Vejamos, como exemplo, essa tarefa escolar sugerida para crianças entre 8 e 10 anos na página 21 do *Caderno de Atividades: educação financeira*, do Banco Santander¹.

Como Preencher um Cheque. Cada aluno pode inventar a sua própria assinatura.
Simular em classe uma agência bancária. Os alunos fariam seus depósitos em uma caixa

¹ Disponível em <http://www.brincandonarede.com.br/Adulto/CadernoAtividades.pdf>.



e a professora seria a gerente. Depois poderiam pedir para fazer saques, empréstimos, etc. As notas podem ser substituídas por papéis coloridos.

Uma “educação” financeira, praticada nesse mote, orienta no sentido de adquirir e aprender a usar corretamente produtos financeiros, ao passo que, implicitamente, sugerem o uso intensivo dos mesmos. De acordo com Bauman (2008), o consumismo é definido como uma exacerbação que a sociedade líquido-moderna produz sobre a necessidade natural, e até mesmo vital, que os seres humanos têm de consumir. No consumismo, o ato de consumo pode se constituir em vício, gerando um comportamento compulsivo. Entendemos que debruçar sobre essa problemática é vital em uma educação financeira para a sociedade atual, porém, nos exemplos que mencionamos, além de não ser discutido, o consumismo é motivado e incentivado, sem limites.

Além disso, Skovsmose (2008) aponta que na maioria das salas de aula de matemática de todo o mundo, e o Brasil não se exclui dessa maioria, a dinâmica está ancorada naquilo que ele denomina *paradigma do exercício*, em que o professor apresenta os conteúdos aos alunos que, supostamente, os assimilam e, posteriormente, os treinam por meio de exercícios, retirados de um livro texto. Exclui-se desse modelo de aula, qualquer tipo de discussão sobre a relevância das tarefas apresentadas aos alunos.

As pesquisas realizadas no âmbito do GRIFE/UFJF apontam que a educação financeira praticada nesses contextos, se restringe ao ensino de uma matemática financeira que dá conta apenas das competências matemáticas básicas e neutras e suas aplicações em situações envolvendo variáveis financeiras, tais como juros, prestações, etc. Ou seja, a educação financeira fica restrita ao plano do domínio dos algoritmos e procedimentos matemáticos e à aplicação de modelos matemáticos prontos em situações de consumo específicas.

Skovsmose (2008) argumenta que tomadas de decisão em situações reais onde a matemática está em ação, como é o caso das relações de consumo, não devem levar em conta apenas resultados obtidos matematicamente. Para esse educador matemático, a *matemática em ação* é algo sobre o qual é preciso discutir e refletir. Entendemos que conhecer sobre a



matemática e suas aplicações cotidianas consiste de um passo epistemológico na direção dessa atitude crítica e reflexiva.

Borba e Skovsmose (2001, p. 130) apresentam a noção de *ideologia da certeza matemática* a qual eleva a matemática ao status de infalível e ilimitada, podendo, assim, ser aplicada a qualquer situação. Sustentando a crença de que a matemática é perfeita e o pressuposto de que “a verdade matemática não pode ser influenciada por nenhum interesse social político ou ideológico”. Para eles, isso reforça a tese que “um argumento baseado na matemática para a solução de problemas reais é, portanto, sempre confiável”.

Para Skovsmose (2001) a matemática não é ilimitada, ao contrário disso, suas limitações exigem uma simplificação das situações reais nas quais ela é posta em ação, produzindo a colonização e a formatação de parte dessa realidade. Esse autor denomina a essa propriedade reorganizadora *poder formatador da matemática*. Já Skovsmose (2008) menciona que os resultados obtidos matematicamente não são neutros, nem tampouco livres de pressupostos, podendo servir a interesses políticos e econômicos. Nesse sentido, a *ideologia da certeza matemática* atuaria no sentido de encobrir seu poder formatador, além de reforçar a crença em sua neutralidade.

A educação financeira, da forma como a concebemos e praticamos, se alinha aos pressupostos da educação matemática crítica, considerando que a *matemática em ação* nas situações de consumo deva ser alvo de reflexão, no sentido de desvelar a *ideologia da certeza matemática* que pode estar aí camuflada, servindo a interesses de grupos políticos e econômicos. Não vislumbramos espaço para essa concepção educacional no *paradigma do exercício*, visto que esse modelo didático é solo fértil para a *ideologia da certeza*.

Dinâmica do Minicurso

O minicurso se dividirá em dois momentos.

Num primeiro momento, apresentaremos aos participantes, divididos em grupos, situações-problemas relativas às variadas propostas educacionais de cunho financeiro e



econômico dos diversos contextos (nacional e internacional) para que os mesmos possam experienciar e analisar tais propostas. Será tarefa dos grupos analisarem e tecerem suas observações sobre as propostas contidas nas diversas situações apresentadas.

Ainda nesse primeiro momento, cada grupo apresentará seus comentários e suas produções de significados para as situações-problemas, apontando os vieses e salientando os pontos cruciais e sua consonância com a educação financeira.

No segundo momento, apresentaremos de forma teórica os conceitos de estratégias e táticas, como estas se interrelacionam com os conteúdos das situações-problemas e como as análises feitas pelos grupos, no primeiro momento, explicitam essas *estratégias* e *táticas* e o potencial dessas para a educação financeira crítica.

Momento que também contará com uma *avaliação do minicurso* com o grupão, de modo a alinharmos as ideias e discussões ocorridas em cada momento.

Considerações finais

Em suma, propomos uma educação financeira baseada em *ambientes de aprendizagem* (KISTEMANN JR., 2011) que convidam os alunos a formular questões e a procurar explicações.

Dessa forma, busca-se propiciar em sala de aula ambientes/cenários propícios a ações/reflexões/ações sobre situações de consumo, além de possibilitar também o que Lins (2012) denomina de novos modos de produção de significados sobre essas situações e Kistemann Jr. (2011) defende com relação a utilizarmos dessas produções de significados para tomarmos decisões de consumo de forma crítica e cidadã.

Referências

ANGELO, C. L. et al. *Modelo dos Campos Semânticos e Educação Matemática: 20 anos de história*. São Paulo: Editora Midiograf, 2012.



BAUMAN, Z. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Zahar, Rio de Janeiro, 2008.

BORBA, M. C. SKOVSMOSE, O. *A Ideologia da Certeza em Educação Matemática*. In: SKOVSMOSE, O. *Educação Matemática Crítica: a questão da democracia*. Papirus, Campinas, SP, 2001.

BRASIL/ENEF. *Estratégia Nacional de Educação Financeira – Plano Diretor da ENEF*. 2011a. Disponível em <http://www.vidaedinheiro.gov.br/legislação/Default.aspx>. Acesso em: 01/07/2014.

BRASIL/ENEF. *Estratégia Nacional de Educação Financeira – Plano Diretor da ENEF: Anexos*. 2011b. Disponível em <http://www.vidaedinheiro.gov.br/legislação/Default.aspx>. Acesso em: 01/07/2014.

BRITTO, R. R. *Educação Financeira: Uma pesquisa documental crítica*. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática) - UFJF, Juiz de Fora (MG), 2012.

KISTEMANN JR., M. A. *Sobre a Produção de Significados e a Tomada de Decisão de Indivíduos-Consumidores*. Tese (Doutorado em Educação Matemática). Rio Claro/SP: UNESP, 2011.

LINS, R C. *O Modelo dos Campos Semânticos: estabelecimentos e notas de teorizações*. In:

SKOVSMOSE, O. *Desafios da Reflexão em Educação Matemática Crítica*. Papirus, Campinas, SP, 2008.

SKOVSMOSE, O. *Educação Matemática Crítica: a questão da democracia*. Papirus: Campinas, SP, 2001.

SKOVSMOSE, O. *Educação crítica: incerteza, matemática, responsabilidade*. São Paulo, Cortez, 2007.